

--- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e nove;-----

--- Ponto número três – Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta de Segunda Revisão do Orçamento. PPI e PAM de dois mil e oito;-----

--- Ponto número quatro – Eleição dos Membros da Assembleia Intermunicipal Oeste CIM – Comunidade Intermunicipal, nos termos da Lei número quarenta e cinco, barra, dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta de Mapa de Pessoal do Município de Óbidos;-----

--- Ponto número seis – Orçamento da Óbidos Requalifica para o ano de dois mil e nove, para conhecimento;-----

--- Ponto número sete – Orçamento da Óbidos Patrimonium para o ano de dois mil e nove, para conhecimento;-----

--- Ponto número oito – Adenda ao Contrato-Programa para o ano de dois mil e oito, estabelecido entre o Município de Óbidos e a Óbidos Patrimonium, para conhecimento;-----

--- Ponto número nove – Alteração do Regulamento de Alienação de Lotes da Primeira Fase do Parque Tecnológico de Óbidos, para conhecimento;-----

--- Ponto número dez – Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Óbidos e a Óbidos Patrimonium, para conhecimento;-----

--- Ponto número onze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número doze – Período fora da ordem do dia.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Hernâni José Leal Pedras e Floriano Rodrigues de Almeida, os quais foram substituídos pelos Senhores Deputados Sabino Augusto Correia Félix e Alexandre dos Santos Ferreira.-----

--- Como o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que ia chegar atrasado à sessão e o Senhor Deputado Floriano Rodrigues de Almeida, Segundo Secretário, estava ausente, a mesma ficou constituída, nos termos do regimento, pelo Senhor Deputado Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pelo Senhor Deputado Victor Manuel Leal Pedras, Segundo Secretário.--

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número cinco, de trinta de Setembro do corrente ano, a qual foi aprovada por maioria, com uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade. Posta à votação a acta número seis, de catorze de Novembro

do presente ano, foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta dos Senhores Deputados Victor Manuel Leal Pedras, Joaquim Elias Timóteo Carlos e Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia à sessão de trinta de Setembro do corrente ano, de Maria Cristina Fernandes Rodrigues à sessão de catorze de Novembro do presente ano e de Hernâni José Leal Pedras às sessões de catorze de Novembro e de vinte e dois de Dezembro do corrente ano; Carta de Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha; Ofício dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos; Ofício da Junta de Freguesia de Santa Maria; Carta da Faiamor e cartões de boas festas. Esta correspondência foi colocada à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

--- O Senhor Deputado Frederico Garcia propôs que ficasse exarado em acta um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Frederico Eduardo de Pinto Basto Lupi, ex-Presidente desta Assembleia Municipal, pessoa querida de todos e um voto de agradecimento à sua memória, por aquilo que foi em vida. Uma pessoa que merece o nosso carinho, o nosso respeito e a nossa admiração. Propôs também que se fizesse um minuto de silêncio em memória do falecido, o qual foi cumprido de imediato.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que acompanhava a posição tomada, tendo sido aprovado a atribuição de uma medalha de mérito. Foi uma grande perda para o Concelho.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço concordou com as posições tomadas. Disse que foi um digno herdeiro da Casa Pinto Basto e que vão rareando estas pessoas.-----

--- PUNTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - A Senhora Deputada Cristina Rodrigues manifestou a posição do PS em relação aos edifícios “Gs” do Bom Sucesso, e que é a seguinte: “Um – O PS de Óbidos reputa de grave a postura imponderada do Presidente da Câmara de Óbidos relativamente ao processo dos edifícios “Gs” no Bom Sucesso. Dois – Além do conjunto de imprecisões e de omissões que invadem todo este processo, o PS de Óbidos lamenta a postura preponente do Sr. Presidente e do Vereador Humberto Marques já que se o primeiro impediu a presença do Vereador do PS, José Machado, na conferência de imprensa que se seguiu à reunião de Câmara de quinze de Dezembro de dois mil e oito, o segundo assumiu uma postura de “controleiro” quando o Vereador José Machado, no fim daquela conferência de imprensa, conversava com vários jornalistas. Três – Por muito que isso incomode o PSD, o Partido Socialista não é muleta do Sr. Presidente da Câmara nas suas acções de marketing político destinadas à sua promoção pessoal. Aliás, o Partido Socialista questiona-se sobre os porquês de se realizar uma conferência de imprensa sobre esta questão, tanto mais que foi deliberado notificar novamente os proprietários para se pronunciarem. Tratar este tema assim, na praça pública, é uma verdadeira inutilidade a não ser para o Dr. Telmo Faria aparecer, uma vez mais, em alguns jornais, armado em protector do território quando tem relevado atitudes que demonstram o contrário. Quatro – Acresce que o PSD de Óbidos tem, ao longo destes anos, e particularmente no comunicado da Câmara Municipal, assinado no passado dia dezassete de Dezembro,

encoberto que a aprovação ilegal do projecto destes edifícios teve o voto favorável do Vereador do PSD Frederico Saramago e a abstenção do seu outro Vereador na Câmara de Óbidos em mil novecentos e noventa e nove. Porque é que o PSD omite este facto? Porque é que o PSD acusa o PS de aprovar “um conjunto de edifícios de habitação multifamiliar na zona da Turisbel: os denominados Gs”, quando essa decisão não teve votos contra do PSD na Câmara de então. Porque é que o PSD e o Dr. Telmo Faria insistem em afirmar que “pressentiram e afirmaram de imediato, que traria consequências muito graves para o interesse público” se os Vereadores do PSD na altura não votaram contra? Quem pressente as consequências graves e desproporcionadas desta decisão do PSD é o PS, e por isso, votou contra! Cinco – Mas mais – Desafiamos o Sr. Presidente a apresentar o documento recente que “obriga a Autarquia a ordenar a demolição” dos imóveis, como única solução possível. Onde está o documento (e que data tem?) que ameaça com sanções, entre as quais a perda de mandato do Presidente da Câmara e dos Vereadores? Seis – Aquilo que o Dr. Telmo Faria quer é a dramatização para mais uns segundos de fama, e fugir em frente de uma promessa na campanha eleitoral de dois mil e um e renovada em dois mil e cinco, que fez aos promotores e promitentes-compradores dos apartamentos daquele edifício. É mais uma fuga em frente para não cumprir o prometido aos cidadãos, a quem criou expectativas que agora não consegue ou não quer cumprir. Sete – O Partido Socialista de Óbidos estranha, ainda, que a postura de grande disponibilidade e tolerância para com outros promotores, como recentemente o caso conhecido do Barclays Bank, cuja obra de uma sua agência em Óbidos, não licenciada, foi embargada pela CMO depois de algumas denúncias de cidadãos, embargo esse que, diga-se, nunca foi cumprido, o que permitiu que as obras andassem a bom ritmo estando agora concluídas. Para esses, à ordem de embargo sucedeu-se o licenciamento em quarenta e oito horas! Para uns a tolerância e a celeridade, para outros a dura e implacável burocracia. Oito – Mas ainda mais lamentável é que a Câmara Municipal de Óbidos, esta Câmara liderada pelo PSD, que tanto criticou no passado a violação do PDM e do PU do Casalito/Turisbel pelo Executivo liderado pelo PS em mil novecentos e noventa e nove (apesar do voto também favorável do PSD, em Maio de mil novecentos e noventa e nove) seja ela que, em clara violação do PDM e do PU, construiu ilegalmente uns restaurantes, com estrutura em betão armado, em zona da REN, em plena duna, Junto à Lagoa de Óbidos. Nove – Estes restaurantes sim deveriam preocupar a Câmara quanto a eventuais sanções. Mas não, quanto a estes a Câmara ignora de forma lamentável que ali mandou construir uns restaurantes, que há quatro anos estão sem qualquer utilização, em violação clara do PDM e das mais elementares regras urbanísticas e de ordenamento. Dez – Diga-se, aliás, que o Partido Socialista estranha que os dirigentes distritais do PSD de Leiria não estejam tão activos na defesa do interesse da legalidade hoje como estavam em dois mil e um. Nessa altura, aproximando-se, como agora, eleições autárquicas, a inspecção da IGAT à Câmara de Óbidos e a Pereira Júnior era exigida com celeridade ao Governo. Não vemos agora nem o Dr. Telmo Faria nem o Dr. Feliciano Barreiras Duarte a exigirem essa mesma celeridade. Em dois mil e um acusava-se o então Governo do PS de atrasar essa inspecção da IGAT. E a actual? E

aquela que está em curso à Câmara de Óbidos liderada pelo PSD? Agora ninguém vê o Deputado Barreiras Duarte a apresentar mais um dos seus requerimentos a exigir celeridade à inspecção da IGAT. Porque será? Onze – Ao contrário do que, de forma enganosa, afirma o Sr. Presidente da Câmara, a demolição coerciva não é a única alternativa. O Presidente da Câmara Municipal pode decretar a posse administrativa dos imóveis para a realização de obras de correcção ou alteração. Deve evitar-se, isso sim, que se avance para uma solução de mera demolição com todos os custos e prejuízos que tal acarreta. Doze – Acresce que a ordem de demolição só deve ser uma alternativa se for a única susceptível de apagar todos os efeitos da violação do regime jurídico de licenciamento de obras particulares. Contudo, e como todos sabemos, para aquele espaço está prevista a possibilidade de construção de imóveis com características muito similares às daqueles que lá estão edificados. Por outro lado, a decisão de demolição tem de ser proporcional e só assim será uma alternativa, se a construção em causa for insusceptível de ser legalizada, o que, como sabemos, não é. A Administração Pública e os seus agentes, e neste caso a Câmara Municipal de Óbidos, mesmo no uso de poderes discricionários concedidos pela Lei, está sempre subordinado aos preceitos constitucionais relativos aos direitos, liberdades e garantias, bem como a princípios jurídicos fundamentais da igualdade, da imparcialidade, da proporcionalidade, da justiça, da boa fé e da racionalidade. E todos estes se mostram violados por esta intenção da maioria do PSD. Ou seja, como bem sabe o Dr. Telmo Faria, pode a Câmara decretar a posse administrativa dos imóveis para a realização das obras que se mostrem necessárias à sua legalização e posterior execução dos mesmos para ressarcimento dos valores investidos. Treze – Assim, o PS apoia as propostas apresentadas pelo Vereador José Machado e a sua declaração de voto. Catorze – Finalmente impõe-se dizer que o PS de Óbidos e os seus eleitos não se intimidam com as provocações e as injúrias do Dr. Telmo Faria. O PS de Óbidos manterá o seu rumo, a sua determinação em fiscalizar de forma rigorosa uma Câmara Municipal que dá mostras de graves insuficiências e falta de rigor e transparência. Ao contrário do que acusa o Dr. Telmo Faria quando diz que “O PS de Óbidos está desorientado”, seria bom ele escutar as suas próprias declarações e injúrias na última sessão de Câmara. Essas sim revelam um autarca desorientado e perdido. O PS está seguro das suas posições e manterá a serenidade e o sentido democrático.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que há dúvidas que só subsistem porque não houve uma atitude de procurar esclarecimentos junto da Câmara Municipal. Esclareceu todo o tipo de questões relativas aos processos dos “Gs”. Não se pode afirmar, levianamente, que o Senhor Vereador foi impedido de participar numa conferência de imprensa. O Senhor Vereador teve uma atitude lamentável, porque estava convocada uma conferência de imprensa por parte do Executivo, com funções executivas, tendo-lhe sido pedido se tinha a elegância de os deixar falar com os jornalistas. O Vereador ficou nervoso, saltou a cadeira e teve uma postura completamente fora de si para tentar atrair a atenção dos jornalistas, no sentido de tentar criar um incidente. A conferência de imprensa acabou por se realizar no seu gabinete. É da mais elementar justiça e direito que uma força política possa ter o seu momento para poder prestar declarações à

imprensa. O Senhor Vereador foi chamado à atenção para que fizesse a sua conferência de imprensa a seguir e teria todas as condições para a fazer na Câmara Municipal. Se quiser fazer uma conferência de imprensa basta pedir o Salão Nobre ou uma sala que possa estar disponível. Não é necessário fazê-lo à porta da Câmara Municipal. O PS confunde a capacidade de fazer e o interesse que os jornalistas têm sobre Óbidos com marketing e promoção pessoal. Talvez a história um dia faça compreender num tempo mais longo, aquilo que não conseguem compreender num tempo mais curto. Ai se verá quem é que é motivado por determinado tipo de promoção e quem é que calcula todos os seus passos, quem é que se esconde atrás de determinadas posições, de determinadas pessoas e de determinados timings para agir. Sempre agiu abertamente, não se esconde atrás de pessoas, não espera por timings e não calcula esse momento para não aparecer com uma grande derrota nas urnas, porque é o que vai acontecer à Senhora Deputada se tiver a coragem de se apresentar às urnas nas próximas eleições. Fizeram uma reunião de Câmara que terminou bastante tarde, tendo o Senhor Vereador pedido mais tempo para apresentar uma declaração de voto. Nessa reunião foram esgotados todos os esclarecimentos e disponibilizados todo o tipo de informações. O Senhor Vereador sempre votou ao lado da Câmara em todas as situações. A incoerência está aqui. Votou quando criaram o PU para legalizar aqueles edifícios. Todos esses votos foram por unanimidade e estiveram sempre unidos. Quando vieram as decisões do Supremo Tribunal Administrativo, quer em relação à nulidade das licenças, quer em relação à confirmação do embargo, que estava válido, impunha-se agir em conformidade com a Lei. A Câmara tomou uma deliberação em Março no sentido de notificar todos os proprietários para legalizarem, no prazo de noventa dias, porque o PU tinha sido alterado, sob pena de o não fazendo, a Câmara ter de vir a ordenar a demolição. Essa votação foi aprovada por unanimidade. A Câmara tomou uma outra posição, que foi a cassação das licenças. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. O passo seguinte foi que no caso de não haver intenção de legalizar, ordenar a total demolição. Quando chegaram a este momento, o Senhor Vereador, por medo, vota contra. O Senhor Vereador sempre foi respeitado pelas posições que tomou. Fez apelos ao Senhor Vereador para que tivessem uma posição conjunta sobre esta matéria, apesar de este estar a advogar objectivamente o incumprimento da Lei. Já a Inspecção-Geral da Administração Local advogava a demolição do “G” cinco. A Câmara tinha tomado a posição de não ordenar a demolição enquanto as acções não transitassem em julgado. A tese, perante a inspecção, foi de não ordenar a demolição enquanto não houvesse ordem judicial que transite em julgado. A partir do momento em que o Supremo se pronuncia, não há mais recursos, pelo que tiveram de agir vinculados aquilo que se retira da Lei. Não existe outra alternativa. O Senhor Vereador fez uma declaração e a seguir o PS publica-a na Internet e difundiu-a por todo o lado. A Câmara é que se viu obrigada a convocar uma conferência de imprensa para esclarecer a situação. Viram-se confrontados a ter que lidar com um assunto que não devia ser partidariado, nem nunca o foi durante estes anos todos. Nunca outro Vereador do PS teve um comportamento desta natureza, pelo que acha que há uma desorientação. A desculpa do Senhor Vereador foi que no verão teve conhecimento que umas empresas estavam

falidas. Quando dizem que incorrem em eventuais sanções, inclusive na perda de mandato, é porque ela é possível. Disse que desafiou o Senhor Vereador a apresentar uma alternativa, lançando o mesmo repto ao PS. Considera que há desonestidade intelectual, quando uma pessoa sabe que não é verdade, nem justo, e mesmo assim faz uma acusação. Nesta ânsia de combater e de radicalismo sobre o Executivo PSD, há muitas das vezes a utilização de uma determinada desonestidade, como aconteceu em relação aos restaurantes. O Senhor Vereador sabe o que a inspecção diz sobre os mesmos. Nunca pensou ouvir agora o PS dizer que não foram capazes de resolver o assunto em relação aos “Gs”. Foi a pior herança. A tentativa de misturar não é séria, verdadeira e correcta. Toda a gente sabe, neste Concelho, quem é que fez aquilo e quem é que construiu aquele monstro. Esta Câmara criou a solução. Desde dois mil e seis que os proprietários podiam legalizar e teimam em não o fazer. Vão obrigá-los a legalizar? Podiam perguntar antes de fazerem comunicados. O que interessa é o ataque ao PSD, mesmo que isso seja atacar a posição da Autarquia e de Óbidos. Pediu ao Senhor Vereador para não andar a dizer determinadas coisas, para depois virem na Internet e a público, tais como dar a entender que as demolições levariam ao pagamento de indemnizações e admitir que a Câmara deve indemnizar os proprietários. Exige que o Vereador, seja ele qual for, defenda o interesse público e não dos privados. Não é uma decisão fácil de tomar. Avisou o Senhor Vereador um mês antes do assunto ir à Câmara. No final da última Assembleia Municipal disse-lhe que não tinham outra alternativa. Teve um mês para se preparar. Se houvesse lealdade da parte do Senhor Vereador, tinha-o informado que tinha outra alternativa. Se existisse outra era desejável. Não pensa que o PS gostaria que o relatório de IGAL viesse recomendar a perda de mandato para o Presidente da Câmara e Vereadores. Gostava que os juristas presentes ajudassem a construir uma alternativa.-----

--- O Senhor Dr. Fernando Villalobos, Consultor Jurídico da Câmara Municipal, disse que não encontra na Lei a possibilidade da tomada de posse administrativa para a realização de obras em prédios privados, de prédios que têm as licenças caducadas e em que os particulares declaram não pretenderem realizar qualquer obra, nem resolver de qualquer maneira o problema. Quando os prédios tinham as licenças válidas, estavam em construção, e as obras foram embargadas por estarem a ser feitas obras em desconformidade com o edificado. A reacção dos particulares foi a de contrariar os embargos e seguiram acções para Tribunal. Na sequência dessa reacção e enquanto as decisões não foram tomadas pelos Tribunais, ficaram suspensos os prazos das licenças. Logo que os embargos foram confirmados, os particulares deveriam ter regularizado as obras, o que não fizeram. Aí, levanta-se um outro problema, que era a intervenção do Ministério Público, numa outra acção, no sentido de ser decretada a nulidade do despacho do Senhor Presidente, que tinha aprovado os projectos de especialidades, na sequência da aprovação dos projectos de arquitectura. Admitindo que a alteração que tinha sido feita ao PU em mil novecentos e noventa e oito, noventa e nove, não era bastante para alterar o PDM, a Câmara decidiu aprovar uma alteração ao PU que resolvesse o problema e permitiria que os particulares fizessem aquelas obras rectificadas ou semelhantes. A deliberação do Supremo Tribunal Administrativo que

declarou a nulidade do acto do Presidente Pereira Júnior, não é por si só determinante para demolição. O que determina a demolição é a caducidade das licenças e o incumprimento dos projectos. Os proprietários escreveram a declararem que não lhes interessava a legalização. Um dos proprietários afirmou que teria de fazer a demolição, calculando o valor da mesma. Havendo falta de vontade dos proprietários na resolução do problema pela positiva, o Senhor Presidente teria de tomar a decisão que mais se adequasse ao cumprimento da legalidade. Havia das entidades que fizeram a inspecção orientações no sentido de que a Câmara devia de repor a legalidade de uma determinada maneira, ordenando a demolição do edificado. Quando o Senhor Presidente se refere à perda de mandato, está apenas a referir-se àquilo que pode ser a consequência, que está prevista e expressa na lei da tutela. Havendo orientações da tutela no sentido da demolição, pode efectivamente constituir perda de mandato. A Câmara deve cumprir a legalidade, fazê-la cumprir e usar os meios necessários para que tal se faça. Uma vez que a decisão judicial não tem a ver com a questão da demolição, decorrendo a mesma do incumprimento do projecto e da caducidade das licenças por parte dos promotores, tudo quanto é consequente à raiz da construção, porque a obra é errada desde a raiz, tudo quanto foi gasto pelos promotores, desde a raiz até ao tecto, refere-se à desconformidade em relação ao projecto e à caducidade das licenças, não sendo uma consequência financeira da decisão do Presidente em mil novecentos e noventa e nove. As acções foram contestadas. Não colhe o argumento de que foi por causa do despacho do Senhor Presidente da Câmara, ordenando a demolição, que apareceram pedidos de indemnização, esses são muito anteriores a este acto.-----

--- Pelas vinte e duas horas chegou o Senhor Deputado Feliciano José Barreiras Duarte, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, passando a presidir aos trabalhos.-----

--- O Senhor Vereador José Machado, em defesa da honra e nos termos do regimento, disse que na reunião de dez de Dezembro onde se discutiu a proposta em causa, a demolição, o Senhor Presidente convidou-o a não fazer declarações à imprensa sobre o assunto. Disse-lhe que não fazia desde que ele também não fizesse, parecendo-lhe haver consenso. Passado algum tempo o Senhor Presidente disse que a acta era pública, não sendo possível combinarem que não falariam à imprensa. É verdade que depois de terminar a última Assembleia Municipal, tiveram uma conversa longa sobre vários assuntos, tendo sido alertado para a necessidade do assunto ter que ir a uma próxima sessão de Câmara, possivelmente até uma extraordinária, estando o jurista a preparar o documento. Solicitou o envio do documento, logo que possível, para o analisar, tendo-lhe sido entregue um dia e meio útil antes da reunião. Enviou por correio electrónico uma proposta concreta de alterações à proposta base. Não referia que a Câmara tinha em mil novecentos e noventa e nove aprovado a construção dos lotes com base num parecer jurídico que veio a revelar-se errado. Salientou que a proposta do Senhor Presidente da Câmara para a sessão de câmara do dia dez de Dezembro de dois mil e oito tinha imprecisões significativas. Na altura da aprovação do projecto, há cerca de dez anos atrás, todos os então membros da Câmara não se aperceberam que o parecer jurídico estava mal feito, porque se tivessem percebido, a deliberação tinha sido diversa. Essa omissão causa a tal perturbação, dando impressão que há aqui qualquer partidarismo no

meio. Gostaria que não houvesse. Há referências à Dr^a. Isabel, viúva do Dr. Carlos Gouveia que não terá entregue os documentos que recebeu do Tribunal. Perguntou à Dr^a. Isabel, havendo versões contraditórias. Depois do Tribunal ter tido a última sentença, esperava-se alguns dias, clarificava-se o assunto, porque certamente havia equívoco. Tem o Dr. Telmo Faria e a Dr^a. Isabel como pessoas de bem. Têm versões contraditórias, era bom esclarecer. Propôs no texto que enviou, que se desse mais alguns dias, porque os empreiteiros diziam aos promitentes-compradores de apartamentos que queriam resolver o assunto, mas a Câmara estava a fazer-lhe exigências elevadas, não dando as facilidades compatíveis com a Lei. Não defende os empreiteiros. Está preocupado com as acções que estão em Tribunal, de sete milhões de euros. Com a demolição pode haver um aumento de indemnização. Os membros do PS e PSD em Maio de mil novecentos e noventa e nove, ao terem acreditado num parecer jurídico para aprovarem legalmente o projecto dos edifícios com quarenta e oito lotes, agiram de boa fé. Já não tem a mesma convicção sobre quem redigiu o parecer. O Consultor Jurídico da Câmara, Dr. Fernando Villalobos, disse à Gazeta das Caldas, em relação aos quarenta e oito apartamentos, que, se calhar, podia-se aproveitar o que estava feito. Esclareceu que depois da demolição, poderá no mesmo local, ser construído o previsto no Plano de Urbanização. Foi encoberto, ao longo destes anos, que a aprovação ilegal do projecto, foi feita com base num parecer jurídico, que teve o voto favorável do representante do PSD na sessão de Câmara de vinte e quatro de Maio de mil novecentos e noventa e nove. Os edifícios são legalizáveis, sendo apenas absolutamente necessária a demolição de uma pequena parte dos mesmos. Propôs que se anulasse a decisão da sessão de Câmara do dia dez de Dezembro de dois mil e oito, se chamem todas as pessoas interessadas neste assunto, sendo essa a maneira de a Câmara provar que os empreiteiros não querem legalizar, na presença dos promitentes-compradores, testemunhas e comunicação social.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que a Câmara tomou a decisão correcta e necessária. Não podem andar a adiar decisões. Continuar com a discussão é o timbre da bancada do PS. Quem está na Câmara tem que cumprir a Lei.-----

--- O Senhor Deputado José Simões apresentou o voto de pesar que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do PSD vem apresentar a esta Assembleia Municipal e a todos os Municípios um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Tomás Pereira dos Santos, ex-Autarca da Amoreira e que este voto de pesar, seja transmitido / comunicado à sua Exma. Família. Sentidas condolências. A bancada do PSD.”. Posto à votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Deputado José Oliveira disse que isto aconteceu com aprovações em mil novecentos e noventa e nove e seguiu no ano seguinte. O PS quer-se descartar de todas essas situações. Teve até determinada altura a acompanhar toda a situação e a aprovar. Hoje, foi dada a informação de que com a entrada do novo PU, foram escritas cartas aos proprietários no sentido de poderem legalizar toda aquela situação. Ninguém tomou a decisão de legalizar. Vem agora o PS alegar que se deve dar tempo e as coisas devem correr. Não percebe. O Senhor Vereador vai para os blogs incentivar aos pedidos de

indemnização, quando devia estar ao lado e a defender o Município. Com os esclarecimentos do Dr. Fernando Villalobos ficou sem quaisquer dúvidas. O Senhor Vereador quer passar por cima da competência de um Tribunal que declarou e decidiu o que fazer.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que a intervenção do Senhor Vereador José Machado foi muito elucidativa. Não conhecia os dotes de vidente do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Vereador José Machado é uma pessoa conhecida de todos, cujas qualidades são indiscutíveis. Não é desorientado nem arruaceiro, é educado. Ninguém, nesta Assembleia Municipal, pode dizer que é dono da seriedade e da verdade.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que é bom ver as pessoas ligadas ao PSD preocupadas com as proporções que as questões dos “Gs” podem vir a tomar. Quando nasceram, não havia pessoas ligadas ao PSD que não quisessem que esta questão não tivesse grandes proporções e grande projecção em termos mediáticos. A Câmara irá demolir aqueles imóveis, através de que instrumento jurídico, ou seja, a Câmara e os seus serviços podem um dia destes e na base de um despacho do Senhor Presidente irromper pelos edifícios e deitá-los abaixo, ou é necessário que a Câmara, para demolir aqueles edifícios, tome posse administrativa dos mesmos? O Senhor Dr. Fernando Villalobos disse que não era possível à Câmara, para efeitos de legalização dos mesmos e apenas demolir a parte que está em situação de ilegalidade, tomar posse administrativa dos imóveis. Vai demolir como? Através da posse administrativa ou do despacho do Senhor Presidente. É verdade ou não que existe uma figura jurídica que permite que através da posse administrativa ela seja usada para efeitos de demolição ou para efeitos de regularização daquilo que está mal. Não há nenhuma ordem do Tribunal para demolir, há a necessidade de agir, e aí estão de acordo. O que não é compatível com a legalidade é a manutenção daquela situação. O PS entende que há uma alternativa à demolição. O Senhor Presidente entende que a melhor solução é a demolição e o PS entende que é uma solução alternativa. Ninguém está aqui a defender interesses privados. Estão preocupados com questões de legalidade e de interesse público. O PS entende que a alternativa que apresentou salvaguarda melhor o interesse público, do que a demolição. É mais compatível com o direito, com as regras de proporcionalidade, uma lógica de regularização por via administrativa do que está mal, do que mandar abaixo. Os custos da demolição vão ter que ser assumidos, numa primeira fase, pela Câmara. Como é que a Câmara pretende ser ressarcida desses custos?-----

--- O Senhor Dr. Fernando Villalobos disse que se um particular não executou uma ordem municipal, a Câmara pode tomar posse administrativa e ordenar a demolição. Em certos casos a Câmara pode tomar posse administrativa para legalização de obras de urbanização. Não existe normativo que permita, nesta situação em concreto, de edifícios isolados, contrariando a vontade do proprietário da edificação, reconstruir a obra que está sem licença, que está inválida.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que o que se acaba de passar é um profundo erro político da Câmara, porque devia trazer um assunto desta importância à Assembleia Municipal. Este problema foi levantado agora para não se falar na auditoria

do Tribunal de Contas. A auditoria não é para esquecer, é para ser analisada. Não vai servir de arma de arremesso eleitoral. O comunicado que a Câmara faz é em seu nome e contra o partido. A Câmara, como instituição, já se permite fazer comunicados contra alguns dos seus membros. Não seria melhor ter lá os edifícios em vez de pó, por causa das indemnizações?-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara solicitou a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, a saber: Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta de Alteração ao Alvará de Loteamento do Parque Tecnológico de Óbidos – Desafectação de Terrenos do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal. Posta à votação a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade, passando a ser o ponto número onze da ordem de trabalhos. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS PARA DOIS MIL E NOVE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e nove, de onze de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e nove.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho leu o documento que a seguir se transcreve: “Orçamento Municipal para dois mil e nove – Falar do Orçamento da Câmara Municipal de Óbidos para dois mil e nove é antes de mais falar do Orçamento da Câmara Municipal de Óbidos para dois mil e oito. Nesta mesma altura mas em finais de dois mil e sete o PS destacava da Proposta de Orçamento para dois mil e oito, apresentada pela Câmara, as há muito prometidas grandes obras do PSD: Um auditório megalómano de mais de sete milhões de euros, parques de estacionamento subterrâneos de seis milhões de euros, uma loja do cidadão de dois milhões de euros. Nas Grandes Opções do Plano lá estavam a remodelação de “todas as infraestruturas do Centro Histórico” com uma previsão de despesa de dois, virgula, cinco milhões de euros, mas apenas com financiamento definido de cinquenta mil euros. O famigerado Museu das Guerras Peninsulares para a Vila de Gaeiras. O Museu do Chocolate, o Museu da Arqueologia e o Museu das Rainhas de Portugal. Nessa altura, e atendendo a que o Orçamento de dois mil e oito carregava sobre os ombros da maioria PSD uma forte responsabilidade quanto à sua efectiva concretização de muitas das suas promessas feitas aos cidadãos de Óbidos, O Grupo Municipal do PS absteve-se na votação da proposta de orçamento para dois mil e oito. Passado um ano impõe-se perguntar, o que é feito dessas promessas do PSD? Onde está o auditório megalómano de mais de sete milhões de euros? Onde estão os parques de estacionamento subterrâneos de seis milhões de euros? Onde está a loja do cidadão de dois milhões de euros? Onde está a remodelação de “todas as infraestruturas do Centro Histórico”? Onde estão o Museu das Guerras Peninsulares, o Museu do Chocolate, o Museu da Arqueologia e o Museu das Rainhas de Portugal? Nada do prometido foi cumprido. O ano de dois mil e oito foi uma desilusão. O Orçamento de dois mil e oito proposto e aprovado pelo PSD foi um logro!

E o que nos trás a maioria PSD para dois mil e nove? Finalmente a maioria do PSD diz assumir “uma perspectiva ambiciosa, mas moderada”. Moderada mas, de forma irrealista, transforma o orçamento de dois mil e oito, com os seus vinte e sete milhões de euros de receita, num Orçamento para dois mil e nove com quarenta e dois milhões de euros de receita. E mesmo assim, diz-se que “não se faz reflectir os cerca de vinte e um milhões de euros de activos previstos em emissões de alvarás, nomeadamente o Plaza Oeste, Royal Óbidos, Falésia D’El-Rei”. Porquê? Está comprometido o prazo de execução destes projectos? Até quando? Mas impõe-se perguntar, se em dois mil e oito a receita era de vinte e sete milhões, o que muda para agora serem quarenta e dois milhões? Não muda nada! A Câmara Municipal de Óbidos e a maioria PSD continuam a ganhar dinheiro à custa dos impostos locais directos, que duplicam em relação a dois mil e oito, e acham que em dois mil e nove se devem fazer vendas de bens, designadamente terrenos municipais, cujo valor previsível é de mais de quinze milhões de euros (o dobro do previsto em dois mil e oito!!!). Ou seja, só em receitas de vendas de terrenos e “outras receitas de capital” não especificadas, por outras palavras em “receitas extraordinárias”, estão quase cinquenta por cento do orçamento da receita, ou seja vinte milhões de euros. E onde se gasta este dinheiro perguntam os cidadãos de Óbidos? A “Administração Municipal” passa a gastar o dobro de dois mil e oito. Está previsto triplicar os gastos com pessoal contratado a termo, as empresas municipais recebem um milhão e quatrocentos mil euros enquanto as Freguesias apenas cerca de oitocentos mil euros. É curioso que a tão falada “Eco-Vila” vai duplicar os gastos com gasolina, vai gastar mais cinquenta por cento em gasóleo, vai multiplicar por vinte vezes os gastos com outros combustíveis e lubrificantes e vai multiplicar por cinco vezes a aquisição de serviços de transporte. Esta é a prova da falência do projecto do PSD no uso do biocombustível na frota municipal anunciado com pompa em dois mil e sete. A tão propalada “investigação cultural” vai consumir dois milhões e quinhentos mil euros, mais um milhão de euros que em dois mil e oito. Num Concelho ainda com tantas insuficiências a outros níveis mais prioritários gasta-se assim em cultura, mas em cultura para os outros. Mas mesmo com estes investimentos em “Cultura” está definitivamente abandonada a promessa da Candidatura de Óbidos a Património da Humanidade da UNESCO, a emblemática promessa eleitoral do PSD em dois mil e um e renovada em dois mil e cinco, e anunciada em dois mil e quatro no I Fórum de Óbidos. Mas eis que surgem os nossos velhos conhecidos. A requalificação / centro de multi-serviços de A dos Negros e na Vila de Gaeiras, o grande auditório, a loja do cidadão... Mas com um pormenor, é que se a Loja do Cidadão será uma realidade em dois mil e nove, fruto da colaboração com o Governo, a intervenção essencial no Aqueduto e o Grande Auditório só estão apontados para dois mil e dez, e o Museu das Guerras Peninsulares em Gaeiras só está apontado para dois mil e onze. Mas, como é hábito nesta maioria PSD e no seu protagonista, para dois mil e nove lá surgem as “ideias criativas”. Tudo com nomes muito sugestivos: a “praça da criatividade”, o “armazém das ideias”, a “creative box”, o “laboratório de educação criativa”, a “unidade de gastronomia molecular”, ou a “rede das habitações criativas”, o programa “Óbidos Gourmet”. Custo: novecentos mil euros! Mas afinal onde estão todas aquelas

empresas e empresários que queriam investir em Óbidos? Bem nos lembramos de outros projectos, de outros orçamentos, e de outros nomes sugestivos como a Casa do Pescador, o Cinema Digital, o Centro Náutico da Lagoa, os Centros de Interpretação Ambiental, e já para não falar nas anunciadas piscinas oceânicas e um ecomuseu no Bom Sucesso e o museu do desenvolvimento rural ou a criação de “sociedades veículos”, ou a há muito abandonada “Maçã de Óbidos”, ou mesmo o há muito prometido parque eólico nas Cezaredas, as mais recentes “Hortas Solares” ou a Central de Biomassa no Bom Sucesso. É curioso, quanto à Central de Biomassa anunciada este ano pelo Dr. Telmo Faria, que foi o Partido Socialista que colocou esta questão no seu programa eleitoral em dois mil e cinco. Na célebre “Visão Estratégica” do PSD em dois mil e cinco nem uma palavra sobre biomassa. Mas este Orçamento é mais uma vez um Orçamento de desequilíbrios. Muito dinheiro para o acessório, pouco dinheiro para o essencial. Se o Concelho de Óbidos consegue atrair tantas empresas porque razão se investem cento e cinquenta mil euros num projecto privado de abertura de uma “Livraria”? E a escolha de parceiro foi sujeita a concurso? Afinal, além das isenções fiscais que são concedidas, são dados subsídios à instalação de privados. Mas se o projecto privado da Livraria recebe cento e cinquenta mil euros, as colectividades culturais, recreativas e desportivas do Concelho recebem apenas cerca de cem mil euros e os Bombeiros Voluntários de Óbidos cento e vinte mil euros. Mas este valor que se investe na referida Livraria é igual ao valor que se tem para o Programa Melhor Idade. Este é o Orçamento que atribui setecentos euros ao Programa Óbidos Solidário e mil setecentos e trinta e sete euros de apoio aos municípios desfavorecidos. O “Município da Cultura”, que alguns elogiam, investe uns míseros mil euros em incentivos à leitura, e é o mesmo que gasta quinze mil euros para ter um canal de TV via Internet que apenas serve para fazer propaganda ao executivo e oitenta mil euros em “corporate TV”. Este é o Orçamento que gasta vinte mil euros para bolsas a alunos do Concelho mas que cria uma “Bolsa para Criatividade” de quinze mil euros. É o Orçamento que prevê cinquenta mil euros para uma suposta “experiência do poluidor – pagador” e sessenta e três mil euros de divulgação (leia-se publicidade) à ECO-VILA. Ao longo destes últimos anos o PS de Óbidos, quer através do seu Vereador José Machado, quer através do seu Grupo Municipal, fez inúmeras propostas concretas, designadamente: - a necessidade de acentuar o financiamento na componente social de ajuda à população em geral, especialmente aos jovens; - as intervenções prioritárias no Aqueduto e nas ruínas romanas; - o reforço de verbas para apoio à generalidade das colectividades; - o reforço do valor para apoio aos estudantes do ensino superior, provenientes de famílias com poucos recursos; - a definição de uma estratégia, articulada com universidades, para a promoção da agricultura; - a proposta de fusão de ambas as empresas municipais; - o aumento dos valores destinados a concretizar um efectivo desenvolvimento rural no Concelho com apoios e incentivos aos pequenos e médios produtores. Foi o PS de Óbidos que procurou que, já desde dois mil e sete, se avançasse com a realização do Orçamento Participativo no Concelho, envolvendo mais directamente os cidadãos na sua feitura. A maioria PSD sempre recusou! Foi o PS de Óbidos que propôs que seja estabelecido um plano detalhado para a substituição das canalizações de distribuição de

água existentes no Concelho de Óbidos, que têm amianto. A maioria PSD recusou! Foi o PS que concedeu o benefício da dúvida em dois mil e oito quanto à concretização efectiva de muitas das promessas eleitorais do PSD. O PSD não cumpriu! Em face de tudo o que fica dito entendemos que em dois mil e nove a maioria PSD na Câmara Municipal de Óbidos já não merece o benefício da dúvida. Gere mal o Concelho, tem prioridades erradas e erráticas, aposta nas festas e nos eventos que se consomem no imediato sem efeitos visíveis na estrutura económica produtiva do Concelho, e dá apoios financeiros de forma discricionária e arbitrária. Assim votamos contra este Orçamento para dois mil e nove. Em vinte e um de Dezembro de dois mil e oito. O Grupo Municipal do PS.”-----

--- O Senhor Deputado José Oliveira disse que quando foi da aprovação das contas da Câmara, o Senhor Deputado Luís Carvalho deu os parabéns pela execução e por tudo quanto tem sido feito por este elenco, e agora vem dizer que não se faz nada e que não há desenvolvimento no Concelho. Trinta por cento do orçamento destina-se às áreas sociais. Nunca conheceu desenvolvimento no Concelho, como o que está a acontecer agora. Há desenvolvimento no Concelho. O PS faz tudo rápido. Receberam um Concelho falido, que presentemente é credível e continua a crescer. A Melhor Idade já existe no Concelho há algum tempo e é para continuar a desenvolver. É um orçamento com substância, que cresce em relação ao do ano anterior. O desenvolvimento continua.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que é fácil falar. Têm sido feitas numerosas coisas. Só quem não conhece o apoio às Freguesias, as obras que têm sido feitas no Concelho, as escolas e outras actividades é que diz o que acabamos de ouvir. Quem está na Assembleia Municipal tem responsabilidades. Classificou como irresponsáveis e contra o Município as insinuações referidas pelo Senhor Deputado Luís Carvalho acerca do orçamento. É conhecido que estamos com uma crise. Ainda bem que a Câmara e o seu Presidente têm espírito, têm energia. Se quisessem cobardes para ir para a Câmara já tinham eleito o PS à quatro anos. Cobardes no sentido de levar o Concelho para a frente.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal apelou ao bom senso.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que já se estão a perfilar e a fazer campanha política. Reafirmou que é preciso ter pessoas no executivo camarário que tenham ambições de levar as coisas para a frente. A oposição tem o direito de se expressar, mas também tem o dever de ouvir as outras opiniões. É irresponsável estar a insinuar ou deixar suspeitas sobre investimentos.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que era o que faltava que não tivesse havido investimento. Quando divergem de opinião não estão a atacar ninguém. Tentam ser cordiais, atacar o menos possível e resolver as coisas de forma consensual. Como é que é possível uma Câmara pobre atribuir um subsídio de cento e cinquenta mil euros para abrir uma livraria. Quer saber quais são os critérios de entrega do subsídio a esta pessoa, se houve concurso público e a quem pertence a Igreja de São Tiago. Consta do orçamento que vai ser atribuída aos Bombeiros a verba de cento e vinte mil euros. Na documentação que lhes foi dada a conhecer, os Bombeiros tem no seu orçamento um

subsídio a receber da Câmara no valor de cento e setenta e nove mil euros. Perguntou a que se deve esta discrepância de verbas. A lapso da Câmara, dos Bombeiros ou a outra razão que não está explicitada.-----

--- O Senhor Deputado Sérgio Félix disse, em relação à sua Junta de Freguesia, que se estivesse à espera do dinheiro do Governo não fazia nada, mas felizmente tem o apoio do Município de Óbidos. Mais de cinquenta por cento do orçamento da Junta para dois mil e nove provém de verbas vindas do Município, através de protocolos. No tempo do PS, a Junta de Freguesia era credora do Município de três mil contos, dinheiro esse que foi emprestado e nunca recebeu. Só quando o PSD entrou é que recebeu essa verba, tendo comprado algum material. Pertence a uma Associação que, graças ao Município, hoje possui um grupo de teatro, danças medievais, rancho folclórico, creche, melhor idade, formação para adultos, etc.. O PS devia ir às Associações para ver como funcionavam antigamente e como funcionam presentemente. Devia fazer o mesmo em relação às Freguesias.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que não compreendeu algumas das intervenções da bancada do PSD. Ao contrário do Senhor Vereador José Machado, dificilmente alguém o vai ver invocar a figura da defesa da honra. Dificilmente deve haver alguém, da bancada do PSD, que consiga ofender a sua honra. Podem utilizar as expressões que quiserem, dos estúpidos, dos cobardes, porque não ofende quem quer, ofende quem pode. Quanto ao investimento, a Câmara é que diz que não leva em linha de conta os vinte e um milhões de euros de receita que pode ter com os empreendimentos. Se não está orçamentado, não está à espera de receber. Querem que venham grandes investimentos para o Concelho, como o Plaza Oeste. Perguntou porque é que a Câmara não está a levar em linha de conta os vinte e um milhões de euros, que previsivelmente virá a arrecadar. Em relação às Freguesias disse que espera que as coisas estejam melhor. É para isso que o país deve evoluir e deve evoluir independentemente de leituras partidárias. Se está melhor hoje do que antigamente, tanto melhor. Os protocolos de delegação de competências servem para levar as Juntas a desenvolver trabalhos, que se não fossem feitos pelas Juntas, eram feitos pela Câmara. Não é uma benesse.-----

--- O Senhor Vereador Humberto Marques disse que um orçamento é um mero instrumento e retrata claramente uma visão estratégica. Procura demonstrar esta visão com responsabilidade e com sentido de estado. Não nos podemos alienar das circunstâncias em que vivemos, e das circunstâncias económicas ou financeiras em que o País, a Europa e o Mundo, estão mergulhados, não sendo Óbidos uma excepção. Tinham duas possibilidades. A primeira era esconderem-se atrás do coitadinho e manterem o orçamento que tinham, ou então dar sinais de confiança à sociedade e aos investidores, de um modo geral. Partilham da mesma visão do Primeiro Ministro. É estranho o PS vir dizer que em Óbidos estão esquecidos da crise, e então ainda sobem mais o orçamento. O Senhor Deputado Luís Carvalho sabe que em dois mil e sete, todos os Autarcas esperavam as publicações dos regulamentos do QREN. Sabe que muitos Autarcas esperavam ter financiamentos em dois mil e oito, das respectivas candidaturas. Sabe que muitas Autarquias estão paralisadas, que não é o caso da nossa, pela

circunstância do Governo ter estado a protelar muitas das publicações dos regulamentos. Sabe que muitos dos financiamentos do QREN e do QREN nacionalizado, está a afunilar cada vez mais a possibilidade das Autarquias irem buscar financiamento. Devia dizer isto a esta Assembleia. Já é tempo de saber que a receita não é aquilo que fazem prever. Resulta da média dos últimos vinte e quatro meses, conforme estipula o Pocal. São criticados por colocar informação de menos. São criticados por terem informação de mais. O que quiseram dizer foi que o Município só em PMUs tem activos na ordem dos vinte e um milhões de euros, mas por circunstância da Lei, não os podem colocar em orçamento. É natural que se procure receitas através da venda de bens. Tem que se procurar o princípio da estabilidade. O Senhor Deputado esteve com ele a assinar um protocolo, relativamente à posse do novo edifício da escola secundária Josefa de Óbidos e dos funcionários, em que foi negociado setecentos mil euros e a Drel mandou, de verbas mal calculadas, cento e tal mil euros. Têm candidaturas no âmbito do feigi galt para homologar na Secretaria de Estado de meio milhão de euros. Têm cinco candidaturas colocadas que perfazem um total de cerca de dez milhões de euros. Estas candidaturas não estão contabilizadas no orçamento. Analisa do ponto de vista marco. No PPI e no PAM, transferências de protocolos, num lado tem três milhões de euros e noutra cerca de um milhão e meio de euros, que é para transferir para os parceiros que trabalham na Melhor Idade e noutras matérias sociais. O Senhor Deputado tem a responsabilidade de informar com clareza. O Senhor Deputado sabe que para construir um parque eólico é preciso que abram os concursos que foram prometidos desde dois mil e seis. Sobre a Eco-Vila e o comparativo entre infraestruturas, barra, publicidade disse que o Senhor Deputado tem que falar com quem criou este monstro e pergunte porque é que obrigou a que as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação tiveram uma forte componente e por isso valorizada em sede de candidatura. Têm cerca de novecentos mil euros em caminhos rurais, para uma ruralidade moderna. Têm cerca de cento e cinquenta mil euros numa biostore. Relativamente à Loja do Cidadão disse que quem tem conduzido o processo é o Executivo, que está a custar muito à Câmara e que não há nenhum acordo.-----
--- O Senhor Presidente da Câmara disse que o documento é de previsão. Já tiveram o PS a votar a favor, a votar contra e a abster-se, mas mantém sempre a mesma linha. Levam em consideração as boas propostas e projectos. São mais uma vez confrontados com a velha atitude de usar da palavra para justificar porque se vota contra. A formulação do voto é feita à priori, sem qualquer pedido de esclarecimento. Alguns dos projectos que gostariam de implementar ficam seriamente afectados, dado que já se conhecem os regulamentos do QREN. A contratualização tem áreas financeiras muito curtas. Fala de três milhões e meio de euros para sete anos, que é um valor muito escasso. O Senhor Vereador do PS viabilizou o orçamento. A Câmara não é responsável pelo emprego e desemprego no Concelho de Óbidos, como afirma o PS. Aquilo que construíram não tem valor para o PS. Votar contra um orçamento que investe nove milhões de euros na educação, com obras em curso, não é, em termos de coerência política, fácil de explicar. Óbidos é um dos municípios mais destacados em Portugal, em políticas e iniciativas na área da criatividade. Lidera o projecto do Urbact, que

passou à sua fase final. Há sectores do Governo que aplaudem o Município. Muito do orçamento reflecte as muitas candidaturas já apresentadas, pelo que algumas das verbas são residuais. Aumenta o investimento. Não perceberam os complexos nem o parque tecnológico, que é um projecto para vinte anos. O PS tenta descredibilizar. Levantou-se a suspeição de que os cento e cinquenta mil euros era para entregar a um privado, o que não é verdade. O Município gostava de fazer uma livraria em Óbidos que fosse um projecto inovador, original e que tivesse força suficiente para atrair pessoas. Não têm conseguido arranjar promotores para avançar. Resolveram desenvolver um projecto, num espaço que está cedido, no sentido de criar um conceito de livraria única em Portugal que possa ter essa capacidade de atracção. Neste momento, a grande livraria de São Tiago está numa fase bastante avançada em termos de conceito e enriquece a Vila de Óbidos. Gostava que este assunto não fosse partidarizado. O GTL está a desenvolver esta ideia, para que as questões patrimoniais estejam em primeiro lugar. Estão a preparar um procedimento no sentido de garantir que o equipamento respeite toda a legislação em vigor e que seja viável. É uma verba para execução de um projecto controlado pelo Município. Devem congratular-se com ideias novas e projectos inovadores.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que se existem dívidas por parte da Drel ao Município de Óbidos, o Senhor Vereador deve redigir uma carta à entidade atrás referida a exigir que cumpra aquilo que está assumido como Município, que os membros do PS assinam de cruz por baixo. Falou em receitas de capital, pelo que a limitação imposta pelo Pocal não se aplica. Quem andou a dizer que o parque tecnológico ia criar dez mil postos de trabalho, foi o Senhor Presidente. A única empresa que está no parque, até agora, não criou nem um. Não percebem é que se diga que vão ser criados postos de trabalho e eles não surgem. Ouviu dizer, pela primeira vez, que são precisos vinte anos para a conclusão do parque tecnológico. Quando aprovaram o Plaza Oeste houve contributos positivos. Desafiou o Senhor Presidente e a maioria PSD a fazer uma contabilidade de quantas vezes é que o PS, nesta Assembleia Municipal, votou contra propostas apresentadas pela maioria da Câmara Municipal. Votaram contra uma minoria. O Grupo Municipal do PS não é destrutivo. Queriam ver a capacidade criativa da Câmara a gerar mais-valias para o Concelho de Óbidos. O PS está perfeitamente sintonizado relativamente àquilo que quer para as eleições de dois mil e nove. Espera que o PSD o mais depressa possível possa definir a sua posição relativamente a essa matéria.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que será acérrima defensora de uma livraria em Óbidos. É um equipamento cultural estruturante e que vai ser fantástico. Livraria sim, mas que sejam observadas todas as regras que a legislação determina. Não é o PS que fala no emprego e desemprego. Têm estado de acordo em muitas situações e em outras estão contra, criticam lealmente e vai longe o tempo em que quem não é por nós é contra nós. Têm o mesmo direito e a mesma seriedade em defender os interesses dos cidadãos do Concelho de Óbidos e a exprimir legitimamente e democraticamente as suas opiniões. Não fica bem ao Senhor Presidente e ao PSD armarem-se em vítimas. Exprimem as suas opiniões com toda a calma e serenidade.-----

--- O Senhor Vereador Humberto Marques disse que o que está no orçamento configura aquilo que é a opção do Executivo. Era o que faltava estarem a condicionar o orçamento dos Bombeiros. O valor a atribuir aos mesmos é o que está definido em orçamento. Não quer dizer que aquela entidade não tenha outras iniciativas ou outros projectos a apresentar à Câmara, sendo nessa altura apreciadas.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e nove, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE SEGUNDA REVISÃO DO ORÇAMENTO, PPI E PAM DE DOIS MIL E OITO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e dezanove, de onze de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Segunda Revisão do Orçamento, PPI e PAM de dois mil e oito.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho perguntou a que é que se referiam as diminuições de receitas de capital e porque é que se justificava esta alteração.-----

--- O Senhor Vereador Humberto Marques disse que se trata de uma revisão. Já deu a resposta. O atraso na publicação dos regulamentos, o atraso na abertura de concursos para candidaturas e entrada de dinheiro, fez-se reflectir exactamente ai.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Segunda Revisão do Orçamento, PPI e PAM de dois mil e oito, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO QUATRO – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL OESTE CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI NÚMERO QUARENTA E CINCO, BARRA, DOIS MIL E OITO, DE VINTE SETE DE AGOSTO: - Presente o ofício da Assembleia Intermunicipal Oeste Cim – Comunidade Intermunicipal, número mil novecentos e trinta e quatro, de nove de Dezembro, solicitando a eleição de cinco membros da Assembleia Municipal, para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Foi presente a proposta dos Grupos Municipais do PSD e PS, que a seguir se transcreve: “Em referência ao ponto número quatro da ordem de trabalhos, da Sessão da Assembleia Municipal do dia vinte e dois de Dezembro de dois mil e oito, os Grupos Municipais do PSD e PS, vêm apresentar à votação os seguintes membros: Engº. José Carlos Capinha; José Luís Rocha Oliveira; Eduardo João Rosário Silva; Albino Agostinho Sousa e Anabela Blanc Capinha Corado.”. Posta à votação secreta, foi a mesma aprovada por unanimidade, com quinze votos a favor. Os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia não participaram na votação, nos termos de Lei. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e sete, de onze de

Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Mapa de Pessoal do Município de Óbidos.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que se verificam cem contratações a termo, que não configuram emprego estável e duradouro. A Câmara assume-se como principal empregador do Concelho.-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho disse que foi com alguma tristeza e desilusão que leu na Gazeta das Caldas declarações de um Autarca do Concelho vizinho, referindo-se a Óbidos e ao facto da Autarquia possuir meio milhar de funcionários. Perguntou qual era a opinião do Senhor Presidente sobre o assunto.-----

--- O Senhor Deputado Humberto Marques disse que algumas das contratações resultam das competências que assumiram em sede de protocolo com a Delegação da Educação, num total de sessenta e quatro pessoas. Há uma situação ou outra para regularizar. A despesa com os recursos humanos é de doze por cento. O total das despesas correntes não são quarenta e sete por cento. A despesa corrente do orçamento representa trinta e oito por cento. Aqueles Autarcas que se intitulam donos da verdade ou sábios pelo tempo, mostram desconhecimento, quem sabe, até ignorância, algum ciúme ou motivo para justificar junto do seu eleitorado algumas tomadas de posição. Não quer fazer avaliações ao orçamento e opções políticas dos nossos vizinhos, não fica bem. Não entra em chicana política. -----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que se acabarem os contratos de oitenta e quatro pessoas que têm vinculo com a Câmara, vai haver um caos social na freguesia de A dos Negros.-----

--- O Senhor Deputado Humberto Marques disse que as preocupações mostram-se, não se falam. Se por um lado falam nessas preocupações, por outro lado falam no aumento da despesa com recursos humanos. Votam contra o orçamento que tem uma componente de remunerações e falam em preocupações do ponto de visto social sobre as pessoas que têm vinculo com a Câmara. Reina aqui uma certa desorientação.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Mapa de Pessoal do Município de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO SEIS – ORÇAMENTO DA ÓBIDOS REQUALIFICA PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e treze, de onze de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Orçamento da Óbidos Requalifica para o ano de dois mil e nove.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a actividade desenvolvida e a previsão do plano de actividades da Óbidos Requalifica é basicamente a mesma de sempre. A actividade desenvolvida em dois mil e oito é praticamente a mesma que se prevê para dois mil e nove. Finalmente assume que vão ser desenvolvidas parcerias público ou privadas nas áreas das energias alternativas e de eco-eficiência. Nas energias alternativas evoca a energia dos oceanos. Lembra-se das acusações que se fazia ao PS quando em dois mil e cinco introduziu esta questão da energia através das ondas. Está prevista novamente a figura do contrato-programa.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que não têm nenhum projecto na área da energia das ondas. Quando o PS lançou o tema, fê-lo sem qualquer estudo prévio e sem qualquer conhecimento da situação. Houve foi uma referência à mesma. Já tinham parcerias público ou privadas na área das energias, com o consórcio OB dois.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-

--- PONTO NÚMERO SETE – ORÇAMENTO DA ÓBIDOS PATRIMONIUM PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e onze, de onze de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Orçamento da Óbidos Patrimonium para o ano de dois mil e nove.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a Óbidos Patrimonium cada vez mais se assume como a entidade que explora outra vertente importante na actividade do Município que é a dos eventos. O PS destaca o disparar e o ultrapassar de todos os valores dos contratos-programa que já vinham do ano passado. Vai ser ultrapassado o limite psicológico de um milhão de euros. A Câmara vai dizer que é a prova da vitalidade da empresa. O milhão de euros destina-se basicamente a pagar despesas com o pessoal. São mais de novecentos mil euros em despesas com pessoal, em termos gerais, e cerca de cento e vinte e quatro mil euros em despesas com o Conselho de Administração.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que estão sempre a criar ambientes de construção nova, para que a comunidade possa beneficiar e a pôr os olhos no médio e longo prazo. Criticam todas as estruturas criadas que hoje criam emprego directo e indirecto. O Plaza Oeste significa mais de mil empregos. Quando dizem um número de postos de trabalho para a área do turismo residencial, significa a plenitude do emprego criado, dado pelos promotores turísticos. Quando dizem que um a três mil postos de trabalho podem ser criados dentro do parque tecnológico, é com a sua ocupação, dentro de algum tempo. Existem factores negativos que arrefecem a economia. Acabem com as empresas municipais quando chegarem à Câmara. Acabem com a Vila Natal e vão explicar o motivo. As piscinas são geridas pela empresa e não dão lucro. Podiam não ter feito o evento de Dezembro, porque não tinham um patrocinador principal. Mas fizeram-no à mesma para trazer gente a Óbidos, para tentar que o comércio faça mais negócio. Se a empresa só realizasse eventos não precisava de contratos-programa. Os contratos são para apoiar actividades que não têm possibilidade de ter qualquer tipo de financiamento. No milhão de euros que a Câmara dá, ainda conseguem arranjar mais dois fora. Não trazem nenhuma alternativa. Estão sempre numa tentativa de bota abaixo. Gostava que o PS se disponibilizasse mais para ajudar. Saíram dos Conselhos de Administração. Mudaram os seus estatutos. Convidou o PS a administrar as empresas municipais.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que certo tipo de argumentos podem ser vistos da outra parte como injustos. É para isso que a democracia existe. Compreende o desafio lançado. Gerir empresas municipais é algo que não está no seu horizonte, nem tem interesse.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que a Óbidos Vila Natal é um grande

evento. Quando estes eventos, perfeitamente desvairados atingem as pessoas e os monumentos, insurge-se. Já passaram para a Cerca do Castelo. Sobre as colunas da Igreja de Santa Maria, terá que fazer uma exposição ao IPPAR, porque a Óbidos Patrimonium não retira os fios eléctricos das mesmas. Quando se apresentou uma moção, no sentido de se fazer pressão para que o hospital fosse no Concelho de Óbidos, votaram contra. Fez uma proposta de alteração ao Código de Posturas, mas como era do PS, não servia. Agradeceu à Câmara por ter posto vasos novos na sua casa. Ainda não foi apresentado um regulamento referente aos grandes eventos, o qual deveria ter vindo à Assembleia Municipal. Há oito dias tentou-se realizar um campeonato desportivo em Óbidos, não estando a Câmara interessada no mesmo. Isto não é “bota a baixo”.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que não há nenhuma relação entre a deterioração das colunas da Igreja de Santa Maria e a realização de eventos. Acabaram de votar contra um orçamento que prevê a substituição daquelas colunas, que é tecnicamente o modo mais adequado. Se fosse morador em Óbidos recusava que a Câmara lhe oferecesse os vasos.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-

--- PUNTO NÚMERO OITO – ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E OITO, ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A ÓBIDOS PATRIMONIUM, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e dezoito, de onze de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Adenda ao Contrato-Programa para o ano de dois mil e oito, estabelecido entre o Município de Óbidos e a Óbidos Patrimonium.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO DOS LOTES DA PRIMEIRA FASE DO PARQUE TECNOLÓGICO DE ÓBIDOS, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e vinte, de onze de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Alteração do Regulamento de Alienação dos Lotes da Primeira Fase do Parque Tecnológico de Óbidos.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a Óbidos Requalifica decidiu, numa primeira fase, não colocar à venda oito lotes, mas cinco. Ainda não está concluído o prazo de concurso para apresentação de candidaturas aos cinco lotes que foram colocados à venda, e há uma alteração para que a primeira fase de alienação dos lotes, passe de oito para vinte e nove. Perguntou o que é que mudou de então para cá, e como está a decorrer o processo de recepção de candidaturas.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que o que interessa é avaliar os resultados e não a forma. A Assembleia Municipal deve acompanhar e discutir as questões essenciais. Devem deixar que a empresa consiga desenvolver uma operação difícil. Há quinze dias visitou o parque do Vale do Ave, que tem três edifícios construídos, mas não tem empresas. O parque de Óbidos começou agora e já tem uma empresa. Têm tido empresas, que são afastadas, por estarem deslocadas, dado que o parque não é uma zona industrial. O parque vai ser dominado por empresas de base tecnológica e a tecnologia

tem que ser apropriada ao conceito de indústrias criativas. O parque está muito bem localizado. Precisam do apoio de todos. As empresas a qualquer momento podem apresentar a sua candidatura. É possível os jovens formarem-se e continuarem a viver e a trabalhar em Óbidos.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que todos gostavam que o parque fosse um sucesso. Não há ninguém do PS que esteja contra a possibilidade de virem empresas para Óbidos, de grande dinamismo e criativas. O parque devia ser mais ambicioso. O PS enviou para o Gabinete de Apoio à Presidência um pedido de esclarecimento e de informação, relativamente a questões concretas, sobre o parque tecnológico, não tendo obtido resposta. Foi a primeira vez que ouviu dizer que o parque era um projecto de longo prazo.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que sempre se referiu ao parque tecnológico como um projecto de médio e longo prazo. Sempre disse que a ideia não era vender lotes à pressa. Todos os projectos têm uma determinada visão no tempo. Podem fazer a campanha e o terrorismo que quiserem, porque depois têm que o explicar. Ao Presidente da Câmara compete harmonizar todas as posições. Quando enviaram um requerimento ao Presidente da Câmara, remeteram-no primeiro para a comunicação social. Acha isso lamentável. O PS deve solicitar ao Presidente da Câmara e não exigir. O PS não exige nada. Entendeu que essa posição era de ataque a um assunto que não o merecia e foi colocado de forma partidária. Não foi o Grupo Municipal que o colocou, foi o PS de Óbidos. A pessoa que se intitulava como líder do PS de Óbidos, só depois dessa situação é que informou formalmente a Câmara de que era o líder. As questões das formalidades servem para tudo. A campanha que encetaram desde o verão passado é óptima e já foi testada à quatro anos atrás. Chamam nomes, que o Presidente da Câmara se ia demitir, que não cumpre as promessas, não tem credibilidade, etc.. Há comunicados do PS de há quatro anos atrás, sobretudo em ano de eleições. A tentação clássica de apertar não é compensada pelas pessoas que têm a sua maneira moderada de estar na vida e que vêm que em Óbidos ainda há sinais de esperança.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que lamenta a forma como as coisas acabaram por acontecer hoje. Não era suposto. Lamenta a forma como o Senhor Presidente se referiu ao PS na última intervenção. Quer pôr uma pedra sobre o assunto. Devem respeito uns aos outros. Não é terrorista.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-

--- PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A ÓBIDOS PATRIMONIUM, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil trezentos e vinte e quatro, de onze de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Contrato-Programa a Celebrar entre o Município de Óbidos e a Óbidos Patrimonium.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que ficou admirada porque é desaconselhada a utilização de uniformes. Têm servido, essencialmente, ao nível de colégios particulares para haver uma uniformização desses alunos. Perguntou de quem é a iniciativa do uso das fardas, quem é que propôs o seu uso, qual o seu custo, se a Drel

já foi consultada, se existem pareceres do Conselho Executivo e do Conselho Pedagógico e o porquê da utilização deste dinheiro nos uniformes. Os vinte e oito mil euros não seriam melhor utilizados levando as crianças carenciadas a sítios onde não podem ir, como por exemplo, a museus, teatro, frequência de ateliês de expressões plásticas, etc.. O ponto seis do contrato fala em encomenda de fardas. Queria saber o número de fardas encomendadas. O escape legal para este dinheiro ser dado será a utilização de equipamentos para protecção da chuva e do frio. Não lhe parece, do ponto de vista legal, que a utilização desse escape, ainda que bem intencionada, vá servir. A farda de uma escola não é equipamento de protecção contra o frio e a chuva.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão dos uniformes foi decidida pelos pais em Assembleia Geral. A utilização dos uniformes é voluntária. A aquisição das roupas é feita a preços de custos. Não há uma operação comercial. Desta maneira arranjam mais um subsídio para apoiar as famílias carenciadas, dando-lhes o equipamento básico, nomeadamente o equipamento de educação física. Ir ao teatro e aos museus está previsto, só que é noutra vertente. A taxa de adesão é muito significativa. Usam quando, e na ocasião que querem. A tendência é uniformizar a imagem da escola através de todos os produtos que fazem parte da vida escolar. Não têm que pedir parecer à Drel. O Conselho Executivo acompanha a Câmara neste projecto.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que poderiam voltar a falar na criação da identidade da Escola. Está de acordo com muitas das coisas que o Senhor Presidente referiu, designadamente a uniformização de produtos. Não está de acordo relativamente às questões e à forma. Poderia-se voltar a esta questão numa futura sessão da Assembleia Municipal.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-

--- PUNTO NÚMERO ONZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE ÓBIDOS – DESAFECTAÇÃO DE TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil quatrocentos e doze, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Alvará de Loteamento do Parque Tecnológico de Óbidos – Desafecção de Terrenos do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os edifícios centrais, conforme estão actualmente no alvará, vão ser edificados no domínio público, o que não faz sentido. Propõe-se pois a transferência de terrenos para o domínio privado do Município e a alteração do alvará. Não se vai construir nada de diferente.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Alvará de Loteamento do Parque Tecnológico de Óbidos – Desafecção de Terrenos do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DOZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO

CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que quando dão uma conferência de imprensa, é o Executivo Municipal do PSD e é a sua posição. Os comunicados e conferências não são objecto de deliberação. Só é objecto de deliberação o que é a posição da Câmara. Gosta de ter uma oposição organizada. Desejou um bom Natal e um grande dois mil e nove.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que o relatório do Presidente da Câmara tinha duas graves lacunas. Tinha obrigação de identificar os dois processos de indemnização postos no Tribunal Administrativo de Leiria a respeito dos “Gs”. O relatório não diz uma palavra sobre a auditoria do Tribunal de Contas. É como se não tivesse existido. Tudo isto foi montado para que a auditoria do Tribunal de Contas não fosse falada na altura própria, mas vão voltar a falar no assunto. Não admite que a questão dos “Gs” não tivesse vindo à sessão da Assembleia Municipal. Desejou a todos um bom Natal e ano novo.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não é a primeira vez que o PS faz este tipo de acusação. Na última Assembleia Municipal disponibilizou-se para falar sobre a auditoria e o PS votou contra. Só prestou esclarecimentos porque a bancada do PSD, maioritária, votou favoravelmente. O PS tudo fez para que o assunto não fosse logo discutido. O PS teve o descaramento de acusar a Câmara, publicamente, num comunicado que enviou para a comunicação social, a dizer que a mesma marcou uma conferência de imprensa para também não discutir o assunto. Esta conferência, sobre o parque tecnológico, estava marcada há vários dias, antes da divulgação do relatório. O Tribunal de Contas colocou e divulgou o relatório na Internet. Toda a gente o conhece. Está disponível para esclarecer o assunto. O Senhor Deputado fez uma acusação intencional. É normal haver auditorias. Não foram postas em causa as contas do Município.-----

--- A Senhora Deputada Cristina Rodrigues agradeceu o livro entregue pela Câmara Municipal. Desejou também que dois mil e nove corra o melhor possível ao Senhor Presidente da Câmara, quer a nível pessoal, quer a nível autárquico. Está convicta que todos acreditam no desenvolvimento do Concelho. Desejou boas festas.-----

--- O Senhor Deputado Albino Sousa, em nome da bancada do PSD, desejou boas festas e um bom ano de dois mil e nove.-----

--- O Senhor Deputado Eduardo João, em nome da Freguesia de Gaeiras, desejou boas festas e um bom ano. Convidou para visitarem a exposição de presépios das Gaeiras.----

--- PONTO NÚMERO TREZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal desejou a todos um bom Natal e um bom ano de dois mil e nove.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas do dia vinte e três de Dezembro do corrente ano. E eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----